

RESENHA*

VIZENTIN, Marilena. *Imagens do Poder em Sêneca: Estudo sobre o “De Clementia”*. Cotia/São Paulo, Ateliê Editorial/Fapesp, 2005, ISBN 85-7480-310-3, 225p.

Compreender os mistérios envoltos na esfera do poder tem sido o objetivo de muitos pensadores ao longo dos séculos. Antes de Hobbes, poucos atingiram o reconhecimento e a notoriedade de Platão, de Aristóteles, de Sêneca ou de Maquiavel como pensadores do poder. Em parte, o êxito de seus escritos explica-se pela proximidade que esses indivíduos tiveram com o poder político de sua época, logo, aptos a pensá-lo a partir de elementos concretos de sua constituição. Por meio de seus escritos, observamos o quanto a questão do poder encontra-se permeada pelo debate filosófico sobre como obter a efetiva dominação de um homem sobre o outro, sem prejuízo do prestígio e da autoridade de quem o executa.

O que esses pensadores nos mostram, portanto, é a necessidade de um governante que esteja ciente de suas atribuições e que seja eficiente no uso delas. As especificidades de cada filósofo respondem pelas variações em suas interpretações. Dessa maneira, encontramos neles concepções distintas sobre o príncipe e o poder. Contudo, percebemos a existência de um fio condutor em

* Resenhado por Maria Aparecida de Oliveira Silva Doutoranda em História Social FFLCH-USP Bolsista da Fapesp

suas assertivas, uma vez que todos convergem para o debate sobre o exercício e a manutenção do poder. Nesse sentido, o livro *Imagens do Poder em Sêneca: Estudo sobre o "De Clementia"*, de Marilena Vizentin, nos apresenta uma profunda e extensa análise sobre a filosofia do poder em Sêneca, evidenciada sobretudo em sua obra intitulada *De Clementia*.

O livro em epígrafe está dividido em três capítulos. O primeiro deles, "O *De Clementia* e sua Teoria do Poder", trata da exposição do quadro histórico da política imperial, desde Augusto até Nero, a partir de fontes literárias e materiais (cunhagens imperiais), a fim de contextualizar o cenário em que surgiu a teoria senequiana do poder. Da leitura das fontes escritas, a autora faz as seguintes reflexões: "embora as fontes não confirmem a aplicação da teoria senequiana de poder para o primeiro período do governo de Nero, revelam indícios de que ela poderia ter sido empreendida, não em um período específico, como grande parte da historiografia afirma, mas como uma política contínua que adquiriu diferentes matizes ao longo do Principado de Nero" (p. 66).

Agora do estudo a respeito das emissões monetárias no período júlio-claudiano, infere que "as moedas buscavam mais a preservação de uma imagem do que a criação dela, visto que nelas surgiriam aqueles valores dados como já postos. Nesse sentido, Nero, da mesma forma que os demais Imperadores, não poderia querer ganhar a deferência de seus governados com a propaganda monetária, mas, no limite, se fazer lembrado, por meio do reflexo dos seus feitos ou do espírito de administração, como alguém que a ganhou" (p. 77). Chegando à conclusão, portanto, de que a *clementia* senequiana não encontrava paralelos "nem em nível textual, nem em nível material" (p. 77), e também que a sua esfera de aplicação dizia respeito mais aos aspectos políticos e jurídicos

do Principado do que à sua esfera administrativa propriamente dita, Marilena Vizentin comprova a originalidade da teoria senequiana de poder e seu caráter inédito à época em que é engendrada.

O capítulo seguinte, denominado “Questões Gerais sobre o *De Clementia*”, traz um extenso e crítico debate bibliográfico de autores especializados nos escritos de Sêneca. Aqui podem ser observadas as mais variadas interpretações sobre a estrutura da incompleta obra senequiana, escrita originalmente em três livros, mas dos quais restaram apenas o primeiro e parte do segundo. A autora tipifica ainda, neste capítulo, o gênero literário ao qual pertence o tratado, e nos revela que o *De Clementia* apresenta uma teoria do poder imperial inspirada no pensamento estóico, “configurando-se claramente como um ‘espelho de príncipe’: logo no início do tratado, Sêneca convida Nero a uma introspecção, de modo que possa encontrar nele, Sêneca, o reflexo do sábio, a quem o bom governante deve imitar” (pp. 95-96). Ainda nas páginas 118 a 136, o leitor depara-se com os conceitos e a dinâmica da *clementia*, que, em seu conjunto, permite a afirmação de que “a clemência do governante funcionaria como uma forma de mediação de suas ações para com seus súditos” (p. 135).

No terceiro capítulo, “Estrutura do *De Clementia*”, síntese da argumentação arrolada nos capítulos anteriores, a autora discorre sobre a estrutura do tratado em questão. Com isso, sob outro prisma, retoma seu estudo da estrutura da obra senequiana, pontuando os aspectos formais da narrativa. Após um minucioso trabalho de estudo do *De Clementia*, a autora consegue retirar conclusões criativas sobre a natureza do poder no pensamento desse filósofo imiscuído nas tramas políticas do Império, não apenas como expectador, mas, principalmente, como força atuante nos bastidores. Como no coloca Marilena

Vizentin, “o esclarecimento do plano lógico-argumentativo do *De Clementia* permite uma melhor visualização da seqüência de exemplos utilizados por Sêneca; a partir dela, é possível observar o jogo de oposições em que esses exemplos figuram e, finalmente, reconhecer um novo arranjo, qual seja, o das contradições, omissões, pressupostos e eventuais lapsos presentes na obra. [...] Assim, acompanha-se o raciocínio de Sêneca, obtendo um contorno mais definido dos argumentos por ele apresentados” (p. 139).

A conclusão a que chega a autora é a de que o *De Clementia*, embora incompleto e permeado de contradições, “talvez não tenha tido a atenção que merecia” durante o período em que foi engendrado, mas certamente teria sido obra de referência para uma série de trabalhos posteriores a ele, cuja ênfase recairá sobretudo no papel do príncipe e no de suas relações para com os seus governados, “uma das peças-chave, enfim, para a manutenção da ordem e da compacidade do Império Romano” (p. 199).

Já afirmava Hannah Arendt que a fundação das cidades-estado apresenta paradigmas para nossa organização política, uma vez que a *pólis* constitui a condição material mais importante para o exercício do poder, e todo aquele que não participa dessa organização social renuncia a ele, tornando-se impotente. Assim, no entender da filósofa, o único elemento concreto para a geração do poder é a convivência entre os homens. Tais conclusões nos remetem ao pensamento aristotélico sobre a necessidade humana de viver em sociedade, contido no primeiro livro de sua *Política*, no qual afirma que o homem excluído da vida social torna-se uma “besta-fera”. Nesse sentido, o livro *Imagens do Poder em Sêneca: Estudo sobre o “De Clementia”*, ao apresentar uma sólida análise

Resenha: Imagens do Poder em Sêneca: Estudo ...

da teoria política de Sêneca, atua como um espelho para nossa compreensão desse importante aspecto de nossa condição humana: o poder.